

Jornal Negócios	Periodicidade: Diário
02-02-2021	Classe: Economia/Negócios
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,4,5,6,7

Metas da Lei do Clima dividem Parlamento

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Lei do Clima avança com discórdia nas metas

Embora a urgência da questão climática seja unânime entre as oito partes que apresentaram propostas, nem todos concordam que as metas devam ser definidas na lei de bases. Já aqueles que as querem plasmar mostram ambições diferentes.

ANA BATALHA OLIVEIRA
anabatalha@negocios.pt

A lei de bases do clima nacional está a ganhar forma na Assembleia da República. Estão oito propostas em cima da mesa, que deverão conjugar-se para que, até junho, seja possível aprovar um texto final. Contudo, afirma-se desde já uma diferença-chave – as metas ambientais que são apresentadas são distintas no grau de ambição e nem todos os partidos consideram que estas devam ser incluídas na versão final do diploma.

Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD), Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP), Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) e as deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira são os autores das oito propostas, notando-se um vazio do lado dos partidos mais à direita. Entre aqueles que apresentaram projetos de diplomas, é unânime o sentido de urgência e a necessidade de criação desta lei.

A divergência começa no grau de especificidade das propostas. Os textos do PS, do BE e do PAN avançam medidas mais específicas, quantificando, por exemplo, as metas de redução de emissões que consideram adequadas, enquanto o PSD, PCP, PEV e das deputadas não inscritas preferem não incluir este tipo de detalhe. Trata-se de uma lei de bases que

vai definir as linhas gerais da política climática, pelo que também não convém ser demasiado específica”, explica Joacine Katar Moreira.

O BE contraria: “Consideramos que uma lei de bases deve incluir o caminho para atingir os objetivos.” A deputada Cristina Rodrigues considera que a não inclusão de metas “torna esta lei meramente proclamatória” e diz-se confiante de que “todos os partidos estarão suficientemente comprometidos para assegurar que isso não acontecerá”. Já o PAN afirma mesmo que não aceita uma lei sem metas vinculativas.

Há mais linhas vermelhas

Outros pontos que reúnem a oposição de vários partidos, nomeadamente do PCP, BE e da deputada Katar Moreira, são os mecanismos como o mercado do carbono. Nas palavras dos comunistas, estes criam “mais um negócio de milhões” e “não são sequer eficazes”, já que “assentam numa contabilidade ambiental perversa, podendo significar mais poluição, desde que paga”. Outro exemplo de “crédito para poluir” que o PCP não está disposto a aceitar são os mecanismos de flexibilidade e compensação sugeridos pelo PAN, que no entender do partido comunista abrem a possibilidade de não atingir as metas e objetivos nacionais, desde que sejam feitos investimentos em projetos internacionais.

Já o PAN bate-se noutra frente, criticando o prazo avançado pelo PS para a elaboração e implementação de um plano de adaptação às alterações climáticas. Os socialistas pedem a apresentação deste plano em 2029, o que o PAN

IL, Chega e CDS ausentam-se

A discussão da Lei do Clima nasce sem o contributo da ala direita. CDS, Iniciativa Liberal (IL) e Chega são os únicos partidos com assento parlamentar que não apresentaram as suas propostas para esta lei. Contactados pelo Negócios, CDS e Chega optaram por não se pronunciar, e apenas o Iniciativa Liberal decidiu justificar a ausência de contributo e apresentar a sua visão quanto à elaboração desta lei. Fonte oficial do partido afirma que o ambiente é uma questão “séria”, pelo que se deve admitir que “o combate às alterações climáticas não será possível sem que as pessoas coloquem as preocupações ambientais no topo das suas preocupações” e “as pessoas não darão essa prioridade enquanto tiverem carências básicas”. Desta forma, o IL considera que ainda não estão reunidas as condições para avançar e promete que “a seu tempo” concretizará em propostas legislativas pontos do seu programa eleitoral, nomeadamente na área do ambiente.

vê como “inaceitável”. este partido traça o terceiro trimestre de 2021 como o prazo final. Outra questão que para o PAN não é negociável é o avanço rápido da eliminação de todos os subsídios “perversos”, como é o caso das isenções de impostos sobre produtos petrolíferos. O PAN exige a concretização deste ponto a partir de 2022 e, no debate na generalidade, o PS concordou encurtar o horizonte para cinco anos. Outra das reivindicações que

Governo tem clima como prioridade

O ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, afirmou que a aprovação de uma lei do clima está entre as atividades mais importantes que o Governo tem no horizonte. Fê-lo no Parlamento, na discussão na generalidade dos vários projetos. Olhando à conjuntura internacional, onde proliferam fundos que podem ser usados para esta causa, o ministro afirma que “seria uma irresponsabilidade perder um momento destes e não aprovar uma lei como esta”, até por necessidade, já que “para sermos exigentes com terceiros, temos de assumir os nossos compromissos. Os que acham que Portugal devia estar na média pensam mal”. Matos Fernandes classifica Portugal como “um país exemplar no mundo naquilo que tem feito quanto às emissões” e considera o conjunto de propostas em discussão “muito inspirador para a ação política direta”. Independentemente da redação que singre, o ministro toma como indispensáveis dois pontos: mitigar e adaptar.

é repetida, de forma intransigente, por mais do que um partido, é a preocupação de fazer uma lei do clima que se construa de forma socialmente justa.

Mas também há consensos

No conjunto das quase 300 páginas que foram apresentadas, há alguns pontos que são comuns em toda a linha.

Em primeiro lugar, todos os partidos propõem um grupo independente que acompanhe os as-

“

Consideramos que uma lei de bases deve incluir o caminho para atingir os objetivos.

BLOCO DE ESQUERDA
Fonte oficial do partido

A lei vai definir as linhas gerais da política climática, pelo que também não convém ser demasiado específica.

JOACINE KATAR MOREIRA
Deputada não inscrita

”

suntos do clima, para que possa monitorizar o seu estado, sugerir ações e dar o parecer em relação a políticas que possam ter influência do ponto de vista ambiental. Paralelamente, são consensuais as iniciativas de aumento da transparência, através da criação de plataformas online nas quais ficam expostas a ação do Governo e as necessidades climáticas. O reforço do apoio à investigação científica na área também é uma constante. ■



A Lei do Clima foi a debate no Parlamento e acabou por descer à especialidade, onde se tenta que as propostas sejam conjugadas num texto final.

Um diploma para ver a luz do dia ainda em 2021

O repto foi lançado no dia 7 de janeiro, no primeiro debate parlamentar do ano: as propostas para uma Lei do Clima foram apresentadas e baixaram à especialidade. O objetivo é concordar numa redação que combine as várias propostas até ao fim desta sessão legislativa, tal como foi deixado claro no primeiro encontro da comissão de trabalho que levará a cabo esta tarefa nos próximos meses.

O processo vai decorrer com base não apenas nas propostas que foram apresentadas pelos seis partidos e pelas duas deputadas não inscritas, mas também tendo em conta os contributos de várias entidades relevantes na área. A lista provisória, apresentada na quarta-feira 27 de janeiro, incluía 119 nomes que foram sugeridos para serem ouvidos, mas foi unânime que esta será demasiado extensa para permitir a conclusão dos trabalhos em tempo útil. Neste sentido, os deputados ficaram incumbidos de reduzir ao essencial as suas sugestões, e fazer a distinção das personalidades que deverão ser interpeladas no contexto de audição e que outras poderão antes enviar o seu contributo por escrito.

Timmermans e arquiteto da lei inglesa chamados

Os nomes do vice-presidente da Comissão Europeia e responsável pelo Pacto Ecológico, Frans Timmermans, assim como o político que foi arquiteto da primeira Lei do Clima, a inglesa, Ed Miliband, estão ambos na "lista de convidados", a pedido do Partido Socialista. "Queremos uma Lei do Clima que reflita as melhores práticas internacionais e que se enquadre no Pacto Ecológico Europeu", justificou o deputado socialista Miguel Costa Matos.

Os restantes nomes dividem-se por vários grupos, e incluem representantes do setor empresarial, das autarquias, organizações não governamentais e também cientistas e académicos. ■

ANA BATALHA OLIVEIRA

Clima lança debate sobre fósseis e investimento público

PS propõe metas até por setor e traça linhas vermelhas nos desvios

O PS afirma que se guiou pelas “melhores práticas internacionais” na sua proposta, a qual acredita possuir o mais desenvolvido sistema de planeamento e avaliação. As metas de emissões do partido estão em linha com os compromissos internacionais: a neutralidade carbónica até 2050 e, até ao ano de 2030, uma redução de pelo menos 55%. Podem ser revistas a cada cinco anos, mas apenas no sentido de aumentar a ambição. Paralelamente, o PS traça os objetivos por setor. E o sistema eletroprodutor enfrenta a meta mais exigente, de reduzir as emissões no mínimo em 90% até 2030. O PS propõe relatórios anuais e bianuais, nos quais um conselho independente dará conta da evolução das medidas e emissões, e deverá ser feita uma avaliação de impacto de cada vez que se apreciam medidas no processo legislativo, tal como está agora a ser testado pelo Governo. O Orçamento do Estado passa a ter de incluir previsões de emissões e terá de alinhar as medidas propostas com as metas, enquanto o Estado assegura o desinvestimento em atividades não alinhadas com as metas até 2030. Instituições públicas e priva-

das, nas suas decisões de financiamento, devem ter também em conta o risco climático, ou estarão a quebrar o dever fiduciário. Na produção de energia, o carvão fica proibido em 2023 e o gás natural fóssil em 2040. A partir de 2035 não podem ser comercializados, segundo a proposta do PS, veículos ligeiros movidos exclusivamente a combustíveis fósseis. Ainda na ótica do consumidor, o PS quer refletir os custos ambientais no preço da alimentação, e sugere a implementação de um sistema de benefícios fiscais ou financeiros para quem mostre poupanças no consumo de água.



Fósseis serão história

O carvão e o gás natural fóssil já não devem ser usados na produção de energia em 2023 e 2040, respetivamente. Os veículos ligeiros que usem combustíveis fósseis não podem ser vendidos a partir de 2035.

PSD pede fiscalidade verde que sirva clima e não só

O PSD realça que ouviu mais de 100 entidades da academia, do setor financeiro, empresarial e da sociedade civil de forma a “enriquecer” a respetiva iniciativa. Este partido marca a necessidade de definir metas, mas prefere deixá-las fora da lei de bases. Na sua proposta escreve que o Governo deve aprovar, a cada cinco anos, um plano de ação climática, que preveja as medidas de impacto global, o faseamento e as metas setoriais de redução de emissões de gases com efeito estufa.

De forma a efetivar os esforços climáticos, o partido escreve que “a realização da política do clima será considerada na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado como uma das prioridades nacionais”. Neste sentido, o Governo elaborará anualmente um relatório sobre o estado do clima e da execução da política do clima, mitigação e adaptação às alterações climáticas, que deve anteceder em pelo menos 30 dias a proposta de lei do Orçamento do Estado, por forma que, aí, seja considerado. O Governo deve ainda aprovar um programa de descarbonização da administra-

ção pública, a par de outras entidades públicas, que terão programas específicos. A política do clima é financiada com recurso, entre outros, às receitas provenientes das medidas fiscais e fundos internacionais, assim como através da progressiva eliminação da subsídio pública de atividades económicas contrárias à prossecução dos objetivos do diploma. A mesma proposta sugere que a receita proveniente da fiscalidade verde deve permitir reduzir os impostos sobre o rendimento e sobre o trabalho, respeitando o princípio da neutralidade fiscal.



Descarbonização da administração pública

O PSD entende que o Estado deve dar o exemplo, e neste sentido propõe a aprovação de um plano de descarbonização da administração pública.

PAN quer reduzir emissões para quase metade já em 2025 e finanças às claras

Este partido começa mais cedo do que todos os outros no que toca às metas, criando o objetivo de, logo em 2025, reduzir em 45% as emissões de gases com efeito de estufa, face a 2005. A exigência cresce a cada cinco anos, com uma redução de 55% em 2030 e de 90% em 2050, o ano da neutralidade carbónica. As etapas são “absolutamente vinculativas” e, no caso de não serem cumpridas, o país ficaria obrigado a compensar com o investimento em projetos certificados pelas Nações Unidas. Os primeiros planos setoriais de mitigação das alterações climáticas deverão ser apresentados à Assembleia da República até ao final do terceiro trimestre de 2021, com o horizonte temporal 2022/2026, e todas as medidas devem ter em conta critérios de custo-eficácia.

No campo financeiro, o PAN propõe a divulga-

ção pública de todas as fontes de financiamento disponíveis para ações de mitigação e adaptação às alterações climáticas, acompanhada do respetivo estado de execução. Para as empresas cotadas ou para aquelas que pretendam aceder a apoios públicos, o partido pretende tornar obrigatório, a partir de 2022, um sistema de reporte financeiro climático, que quantifique os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas.



Empresas reportam

O PAN quer criar a obrigação de instaurar um sistema de reporte financeiro climático para empresas cotadas ou para aquelas que usufruam de apoios públicos.

Verdes querem investimento público “da sua cor” e cidadãos a intervir

O Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) afirma que a pretensão com a sua proposta é “enquadrar as bases da política climática, melhorando alguns aspetos essenciais que os outros instrumentos não têm conseguido garantir”. Os Verdes destacam como prioridade o artigo em que propõem que o Estado promova “o investimento público adequado à concretização das medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas”. Para assegurar este objetivo, o partido avança a sugestão, também presente noutras propostas, de que o Orçamento do Estado seja acompanhado por um relatório de síntese das medidas de mitigação e de adaptação a concretizar, “para que possam ser devidamente avaliadas as necessidades de investimento”.

O Governo deve ainda tornar públicos os meios de financiamento disponíveis, bem

como as formas de acesso ao respetivo financiamento e os projetos e atividades que já tenham sido financiadas.

Este partido sublinha ainda a necessidade de envolvimento dos cidadãos, e sugere a organização de sessões de esclarecimento e debate entre os cidadãos e os responsáveis pela decisão relativa à política climática, quer por iniciativa da Administração, quer por solicitação de, no mínimo, 30 cidadãos.



Cidadãos convocados

Os Verdes querem que os cidadãos tenham a oportunidade de serem esclarecidos e de debaterem a política climática com os responsáveis.

Os seis partidos e as duas deputadas não inscritas que apresentaram propostas para a Lei do Clima têm vários pontos em comum, mas também algumas ideias mais originais. A utilização de combustíveis fósseis aparece com um prazo limite na redação do PS, tanto na produção de energia como no abastecimento dos veículos. O PSD quer descarbonizar a administração pública e o BE sugere uma empresa pública de renováveis. Os vários partidos pretendem que o investimento público siga alinhado com as metas climáticas, com estas a serem tidas em conta na elaboração do Orçamento do Estado. Metas há para todos os gostos, embora nem sempre apareçam definidas nas propostas. **ANA BATALHA OLIVEIRA** anabatalha@negocios.pt

BE quer apertar metas, renováveis públicas e escrutínio à indústria

O Bloco de Esquerda orgulha-se de avançar metas climáticas “ambiciosas”, sendo o único projeto que propõe antecipar a data para atingir a neutralidade. Atualmente, o Governo aponta para que, em 2050, se atinjam as zero emissões de carbono. O Bloco quer que a neutralidade seja antecipada para que aconteça “o mais cedo possível”, não se devendo limitar às emissões de carbono, mas abranger todos os gases com efeito de estufa. Os bloquistas colocam também uma das metas de médio prazo mais duras, a redução de 60% das emissões de gases com efeito estufa até 2030, quando comparadas com 2005, e sem contar com a redução que é feita ao retirar carbono da atmosfera. Todos os anos devem ser detalhadas as metas por área de atividade económica.

Fora a questão das metas, destaca-se a sugestão da criação de uma empresa pública de energias renováveis. O partido acredita que esta iniciativa teria não só o mérito de contribuir para a transição energética como também de a tornar justa, respondendo à eliminação da pobreza energética e à necessidade

de criação de emprego. Neste setor, coloca-se a meta de aumento de 50% da capacidade instalada de produção de energia solar e eólica até 2030, assegurando uma redução de custos para os utentes, com prioridade para o regime de autoconsumo.

Ainda no campo das empresas, é sugerida a criação de uma Inspeção-Geral das Emissões Industriais, com o objetivo de fiscalizar a redução obrigatória das emissões da indústria pesada como a produção de energia, cimento e celulose. Uma inspeção que pode ser alargada a outras atividades.

Empresa pública de renováveis

O Bloco de Esquerda sugere a criação de uma empresa pública de energias renováveis, com o objetivo de eliminar a pobreza energética e criar emprego.

PCP aposta na produção local com novos circuitos e ordenamento

Para o PCP, a necessidade de mudança está intimamente relacionada com a “lógica mercantilista” que entende como prevalecente na Lei do Ambiente. O partido pretende rever esta lei ao mesmo tempo que constrói a do clima, criando pontes entre ambas. Ao longo da proposta, prevê-se por várias vezes uma regulação própria para subtemas, como a qualidade do ar ou as emissões poluentes, diplomas estes que deverão ser publicados no prazo de um ano a partir da data da entrada em vigor da lei.

O PCP fala de uma “irracionalidade dos circuitos comerciais à escala global”, apelando à promoção do consumo de produtos locais, e propõe medidas de ordenamento do território que se coadunam com este propósito. Também neste sentido sugere a “redução da produção e da importação de produtos inúteis”, referindo-se a embalagens, rótulos, tintas ou solventes, que não sejam imprescindíveis para a entrega em condições do produto final ao consumidor. Em complemento, um Sistema Específico de Informação ao Público evidenciaria os impactos ambientais de pro-

duto e serviços, indicando por exemplo as emissões relacionadas com o transporte.

Os comunistas querem ainda reforçar o direito dos cidadãos a um ambiente “ecologicamente equilibrado”, pelo que preveem que se possa exigir legalmente “a cessação das causas de violência e a respetiva indemnização”. Os infratores podem perder benefícios fiscais ou ficar interditos ao exercício da atividade através da qual causaram o prejuízo, por exemplo. O Estado também disporia de um Fundo público de compensação para danos materiais e humanos em caso de catástrofe natural.

Cidadãos devem ser compensados

Os cidadãos deverão ser compensados por danos climáticos. Além de se responsabilizar os infratores, o Estado disporá de um fundo para este fim.

Também é preciso reparar. “Muitos portugueses serão refugiados climáticos”

“Estarei muito empenhada na justiça climática e em defender políticas e medidas reparatórias”, afirma a deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, convicta de que é essencial “para aumentar a biodiversidade e garantir a segurança alimentar”. No âmbito da sustentabilidade considera importante uma avaliação estratégica de medidas legislativas e investimentos públicos de maior envergadura que se realizem no futuro.

No capítulo da justiça climática, a deputada defende uma política eficaz para o emprego verde, através da reconversão e formação dos trabalhadores, e espera ver consagrados o crime de ecocídio e uma política para os refugiados climáticos. “Muitos portugueses serão, muito em breve, refugiados climáticos no seu próprio país, nomeadamente os que vivem em certas zonas costeiras. Mas Portugal deve

também prestar-se a receber refugiados climáticos de outros lugares”, defende. A contribuir para que novas medidas surjam também da parte da sociedade civil, Katar Moreira quer ver inscrita na lei a garantia de que as populações participam nas políticas climáticas ao mesmo tempo que são criados mecanismos de proteção, nomeadamente apoio judicial para cidadãos e cidadãs que promovam ações de defesa do clima e do ambiente.

Ecocídio

A deputada não inscrita quer consagrar o crime de ecocídio, que se verifica em caso de destruição massiva ou perda total de ecossistemas.

Governo, independentes e autarquias: todos a bordo pelo clima

A deputada não inscrita Cristina Rodrigues apresentou uma proposta, mas não pretende que esta ganhe centralidade: “Mais do que me focar na minha iniciativa, penso que nos devemos focar na discussão e tentar chegar ao melhor resultado possível para o bem comum”. Uma forma de o fazer, defende, é perceber como está a correr a experiência dos vários países que já têm leis do clima.

A iniciativa desta deputada chama várias partes à luta contra as alterações climáticas, propondo a criação de uma comissão interministerial, presidida pelo primeiro-ministro mas cuja responsabilidade este pode delegar, para assegurar a integração dos objetivos para a neutralidade climática nas políticas. A par aponta a criação de um Observatório Técnico Independente, que procede à análise, avaliação e acompanhamento da política nacional.

As autarquias devem incluir ações de adaptação na formulação de políticas públicas.

Neste caminho, Cristina Rodrigues entende que o Governo deve aplicar instrumentos económicos que incentivem o cumprimento dos objetivos da política do clima, ao mesmo tempo que “exerce o controlo” das atividades suscetíveis de terem um impacto negativo no ambiente, acompanhando a sua execução através da monitorização, fiscalização e inspeção.

Incentivos e controlo

Cristina Rodrigues sugere que o Governo crie incentivos a bons comportamentos ambientais e que controle as atividades suscetíveis de impacto negativo.